

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ICTIOFAUNA E PESCADORES

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e dez, às 10:00 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ortigueira, reuniram-se as seguintes entidades participantes da Câmara Técnica de Ictiofauna e Pescadores: MPF, DPU; COPEL, ELETROSUL, CECS, ASSOCIAÇÃO SALTO MAUÁ, CPT, EMATER, ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES, ONG ECO MAUÁ, PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA. Iniciando os trabalhos, o Dr. Paulo Sérgio Sena, coordenador da CT, resgatou os pontos que ficaram pendentes na última reunião, como a apresentação técnica do Lactec que deveria ter ocorrido em Londrina. O Dr. Sena esclareceu que os estudos não estavam concluídos, razão pela qual não foi possível a realização da referida reunião. O Dr. Sena sugeriu então que a UEL traga seus estudos juntamente com a COPEL e o Lactec para apresentação dos resultados dos estudos na próxima reunião da Câmara Técnica de Ictiofauna e Piscicultura. Na sequência o Dr. Sena apresentou e passou a palavra ao Sr. Ludwig, representante da COPEL e coordenador da parte de Ictiofauna. A seguir o Dr. Akira sugeriu que o Sr. Mario Orsi da UEL apresentasse sua sugestão para o andamento das discussões da Câmara Técnica. O Sr. Orsi apresentou um organograma das ações que ele entende como adequadas para o tratamento do futuro reservatório da UHE Mauá. A estrutura proposta inicia-se com o levantamento das espécies locais, análise das mudanças que serão provocadas pelo reservatório, quais medidas podem ser propostas e planejamento do manejo. Manifestou sua preocupação sobre aqüicultura em tanques-redes e a necessidade do monitoramento permanente do reservatório. O Sr. Ludwig concordou com a sequência dos atos propostos pelo Sr. Orsi, afirmando que esse é o caminho natural dos estudos, reforçando apenas a necessidade do prosseguimento do monitoramento do Tibagi. O Dr. Akira pediu alguns esclarecimentos técnicos ao Sr. Ludwig que informou que o monitoramento é feito a jusante, a montante e na área do reservatório. O Dr. Lamy expôs a questão da usina da Klabin que já trouxe problemas para algumas espécies que não sobem mais o Tibagi. O Sr. Orsi esclareceu que já existem estudos comprovando que a maioria das espécies sobe o rio. Esclareceu ainda que em 99,9% dos casos a transposição de peixes traz mais malefícios do que benefícios para a ictiofauna da região. O Sr. Divonei questionou quais seriam as espécies que permaneceriam no reservatório, pois a maioria dos peixes do Tibagi não permanece em águas paradas. O Sr. Ludwig esclareceu que nos casos de repovoamento as espécies introduzidas no reservatório são somente as nativas, em razão do desequilíbrio que pode ser causado pela introdução de espécies novas. A seguir o Dr. Sena fez a leitura da proposta do Sr. Orsi. O Sr. Orsi reforçou a necessidade de monitoramento da variabilidade genética dos peixes do Tibagi. O Dr. Akira solicitou que na próxima reunião as apresentações deverão ser combinadas para que todas tratem do mesmo assunto. Ressaltou que nessa CT as questões tratadas são de natureza ambiental e econômica, e que os dois aspectos precisam ser abordados, quantificando-se as eventuais perdas para que se possa pensar na compensação econômica. O Sr. Ludwig afirmou que essas ações devem ser concomitantes, avaliando-se de forma paralela quais espécies têm potencial para piscicultura. O Sr. Pedro Bracisievickz questionou se haverá escada de peixes na Usina Mauá. O Sr. Ludwig esclareceu que somente após os estudos será determinado se a escada é a melhor solução para os peixes da região. Foi levantada a questão dos tanques-rede, que não beneficiam os pescadores artesanais, que não tem uma área própria para investimento. O Sr. Divonei solicitou que mesmo assim sejam feitos os estudos para a implantação dos tanques-rede como forma de compensar os prejuízos sofridos. Na sequência o Dr. Sena passou a tratar da questão dos pescadores, esclarecendo que inicialmente são apenas 16 os pescadores cadastrados que estão recebendo a VMT do Consórcio. Informou que o pleito para ampliação do número desses pescadores ficou condicionado a apresentação da respectiva documentação de cada um. Segundo o Dr. Sena, o Ministério da Pesca entende que os pescadores cadastrados por ele têm autorização para pescar em qualquer lugar do Brasil. O Dr. Sena esclareceu que a maioria das licenças apresentadas pelos pescadores estão vencidas, e sugeriu uma nova discussão sobre o assunto. O Sr. Florisvaldo esclareceu que o Ministério prorrogou as licenças por um ano para todos os pescadores. O Dr. Akira expressou seu entendimento de que deve prevalecer a situação de fato, independente da legalidade, para a reposição dos danos sofridos, desde que fique comprovada a condição de pescador. Foi

entregue ao Dr. Sena a documentação do pescador João Damascena Ferreira. O Sr. Pedro Bracisievickz também apresentou a CT seus documentos pleiteando a VMT, informando que recebe auxílio doença. O Dr. Sena explicou que o auxílio doença difere da aposentadoria, havendo um impedimento legal para o exercício de qualquer atividade profissional. Foi decidido que os documentos do Sr. Pedro serão analisados e a resposta será dada na próxima reunião da CT. Foi entregue ao Dr. Sena a documentação do Sr. Brazilio Cordeiro. Que será analisada pelo CECS. Segundo o Dr. Sena o Sr. Ari Schneider já teve seu direito reconhecido pelo CECS, aumentando para 17 o número de pescadores que fazem jus ao recebimento da VMT. A Sra. Isabel levantou o pleito do Sr. Emilio Schneider, residente em uma ilha, que afirma que perdeu seu material de pesca em razão da subida das águas do Tibagi. O Sr. Divonei expôs a situação do Sr. Brazilio, que atualmente encontra-se preso, e solicitou uma análise do CECS. O Dr. Akira expôs a situação do Sr. Wiles Fermiano que consta como sendo pescador e garimpeiro, e que em seu entendimento uma situação não é excludente da outra. O Dr. Sena concordou que para fins de indenização está correto o entendimento do representante do MPF. Foi decidido que a sra. Jaqueline do CECS fará um relatório sobre o caso do Sr. Wiles Fermiano. O Sr. Wilson Gonçalves expôs sua situação e informou que não compareceu no cartório para retirada dos cheques referentes a indenização da ilha pois não concorda com os valores. Em seu entendimento ele deveria receber outro valor em razão das perdas pela pesca. Foi explicado a ele que são assuntos distintos, e cada um será tratado a seu tempo. O Sr. Gilmar esclareceu que o caso do Sr. Wilson está sendo analisado. O Dr. Sena esclareceu que ainda não há uma definição das Consorciadas sobre o valor da VMT, se será mantido o mínimo nacional ou corrigido para o valor do mínimo regional. O Dr. Sena reiterou que após a entrega da documentação e estando tudo regular a VMT já pode ser paga. O caso do Sr. Wiles também deverá ser analisado na CT de Indenização e Reassentamento. A próxima reunião da CT ficou agendada para 20 de julho às 14 horas Ortigueira. Nada mais havendo a tratar, o Dr. Paulo Sena encerrou a presente reunião, da qual eu, Luciana Maranhão, secretária "*ad hoc*" lavrei a presente ata.